

**AO JUÍZO DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DACIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE xxxxxxxx**

Autos nº xxxxxxx

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DO TERRITÓRIOS
RÉU: FULANO DE TAL

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal**, com fulcro no art. 411, §4º, do CPP/41, apresenta

ALEGAÇÕES FINAIS POR MEMORIAIS

nos termos a seguir.

I. SÍNTESE PROCESSUAL

Trata-se de ação penal proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios contra **FULANO DE TAL** pela suposta prática dos atos tipificados nos arts. 121, §2º, II e IV, combinado com 14, II, do CP/40 (duas vezes) (ID nº xxxxxx).

A denúncia, recebida em **xx/xx/xxxx** (ID nº **xxxxxxx**), narra que, às xx horas do dia **xx/xx/xxxx**, em estrada de terra situada no Núcleo **tal**, o acusado, de modo consciente e voluntário, com intuito de matar, desferiu golpes de faca contra as vítimas **FULANAS DE TAL**, não se consumando o homicídio por razões alheias à vontade do agente.

O réu apresentou resposta escrita à acusação (ID nº **xxxx**). Designada audiência de instrução e julgamento (ID nº **xxxxxxx,xxxxx,xxxxxxx,xxxxx**) em que foram ouvidos, na qualidade de testemunhas, **FULANOS DE TAL**; bem como as vítimas **FULANAS DE TAL**. Procedeu-se, em seguida, ao interrogatório do acusado (ID nº **xxxxxxx**).

O MPDFT apresentou alegações finais (ID nº **xxxxxx**), em que reiterou os termos da denúncia e pugnou pela pronúncia do acusado como incurso no art. 121, §2º, II e IV, combinado com 14, II, do CP/40 (duas vezes).

Vieram os autos à DPDF para apresentação de alegações finais por memoriais.

II. DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL GRAVE

O MPDFT pugna pela pronúncia do acusado como incurso, duas vezes, no art. 121, § 2º, II e IV, combinado com 14, II, do CP/40, por ter tentado matar as vítimas **FULANAS DE TAL** com golpes de faca. Com efeito, objetiva-se a submissão do réu ao Tribunal do Júri da Circunscrição Judiciária de Planaltina/DF.

Entretanto, **a conduta praticada pelo réu não se enquadra naquelas de competência do Tribunal do Júri.**

O art. 5º, *caput*, XXXVIII, “d”, da CF/88 estabelece a competência judicial do Tribunal do Júri para julgar crimes dolosos contra a vida. Nesse mesmo sentido, o art. 74, §1º, do CPP/41 disciplina que, *in verbis*:

“Art. 74, §1º, do CPP/41. Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados.”

In casu, embora o órgão ministerial enquadre a conduta do acusado no

tipo previsto no art. 121, §2º, II e IV, do CP/40 na modalidade tentada, extrai-se, dos elementos fáticos e probatórios acostados aos autos, que o réu praticou, na verdade, o **fato descrito no art. 129, §1º, I e II, do CP/40.**

Essa conclusão decorre do fato de que, para configuração do tipo penal do homicídio, é necessária a existência de um elemento subjetivo específico: **o animus necandi do autor.** É a consciência e a vontade na realização dos elementos objetivos do delito. Assim, o dolo exige, para sua configuração, i) do elemento cognitivo (saber) e ii) do elemento volitivo (querer). **O agente sabe e quer o resultado.** Para tanto, emprega os **meios necessários para alcançá-lo,** com base nas **consequências possíveis entre o início da conduta e o resultado.**

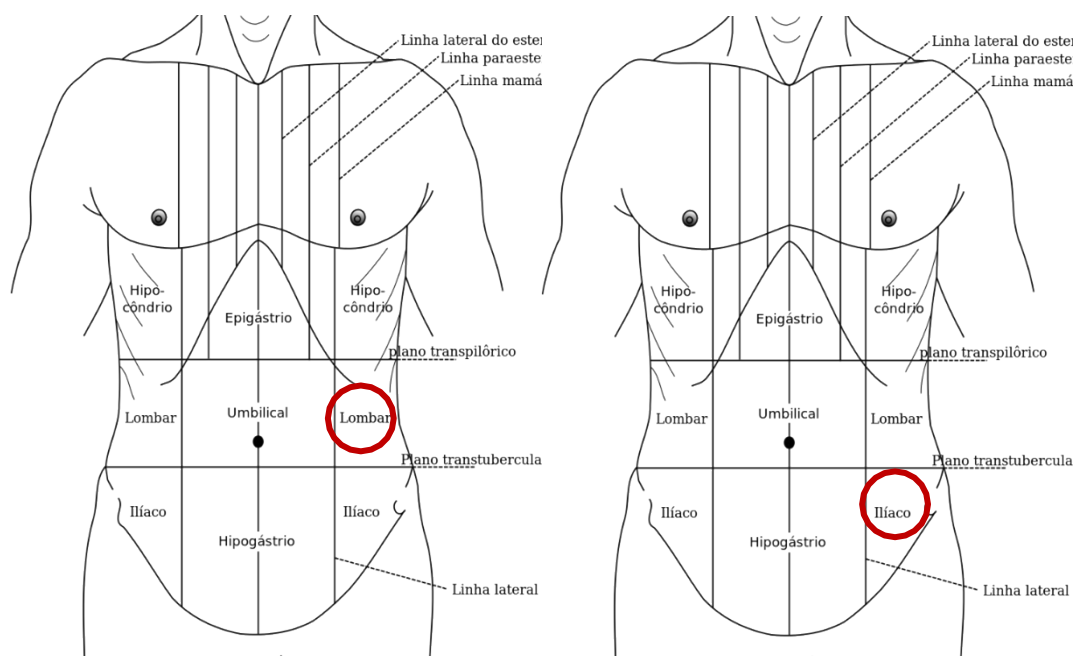
Não é o que ocorreu no caso dos autos.

De acordo com o contexto fático narrado na denúncia (ID nº **xxxxxx**), depois de o réu ordenar que os passageiros descessem do carro, iniciou-se uma briga generalizada, em especial entre o acusado, **FULANO DE TAL, FULANA DE TAL e FULANA DE TAL**. Nesse momento, houve agressões recíprocas, tendo o réu sido atingido pelos três, conforme depoimentos de **FULANO DE TAL**, em sede policial (ID nº **xxxxxx**, p. **x**), e de **FULANA DE TAL**, em juízo (ID nº **xxxxxx**).

Em seguida, o réu teria ido ao porta-malas, achado uma faca e desferido golpes na **região abdominal de ambas as vítimas.** No exame de corpo de delito da vítima **FULANA DE TAL** consta que ela sofreu lesão perfuroincisa, que causou orifício de entrada no flanco esquerdo e evisceração, **tendo recebido alta 5 (cinco) dias após a admissão** no Hospital Regional **tal** (ID nº **xxxxxxx**, p. **x**). Tais informações são corroboradas pela vítima em depoimento prestado em juízo (ID nº **xxxxxx**).

Por outro lado, a vítima **FULANA DE TAL** sofreu lesão perfuroincisa, que causou orifício de entrada na fossa ilíaca esquerda, com perfuração da cavidade e irritação peritoneal, **tendo recebido alta 9 (nove) dias após a admissão** no Hospital **tal** (ID nº **xxxxxx**, p. **x**). Esses fatos são confirmados pela vítima em declarações prestadas em juízo (ID nº **xxxxxx**).

Observa-se, portanto, que os exames de corpo de delito **indiretos** das vítimas descrevem lesão em locais de baixa letalidade no abdômen, respectivamente, o flanco esquerda e a fossa ilíaca esquerda. A propósito, para melhor visualização:



O local em que foram desferidas as facadas evidencia que a **intenção do réu não era matar as vítimas**. Não era esse o resultado desejado pelo agente. Se fosse pretendido o homicídio, as facadas teriam sido efetuadas i) em regiões de alta letalidade; ou ii) em quantidade suficiente para garantir a consumação do tipo penal. O agente poderia, inclusive, ter se aproveitado a fraqueza das vítimas atingidas para dar continuidade na execução, tendo em vista que não havia qualquer resistência no momento da ação. Não foram essas as condutas adotadas pelo réu.

Portanto, **o réu não quis o homicídio** (ausência de elemento volitivo), pois sequer foram empregados os meios necessários à garantia do resultado. A ação do agente é direcionada em outro sentido, qual seja **causar lesões corporais graves às vítimas no contexto de briga generalizada**.

Tendo em vista i) a **baixa letalidade** do local em que foram desferidas as facadas contra as vítimas; ii) as **agressões recíprocas** entre o acusado e todos que se encontravam no veículo; iii) a **condição de embriaguez** de todos envolvidos; e iv) a **cessação voluntária da execução** pelo acusado, que desistiu de prosseguir nas agressões; é devida a desclassificação da infração para lesão corporal grave (art. 129, §1º, I e II, do CP/40) (duas vezes), ante a inexistência de *animus necandi*

do agente.

Sendo assim, a defesa requer a desclassificação do art. 121, §2º, II e IV, combinado com 14, II, do CP/40 (duas vezes) (tentativa de duplo homicídio qualificado) para o art. 129, §1º, I e II, do CP/40 (duas vezes) (dupla lesão corporal grave), com a remessa para o juízo criminal singular desta circunscrição (art. 419, *caput*, do CPP/41).

III. ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO PELA INCIDÊNCIA DA EXCLUDENTE DE ILICITUDE DA LEGÍTIMA DEFESA.

O *Parquet* objetiva a pronúncia do réu como incurso no art. 121, §2º, II e IV, combinado com 14, II, do CP/40 (duas vezes), sob o argumento de que ele teria, de modo livre e consciente, com objetivo de matar, desferido golpes de faca contra as vítimas **FULANAS DE TAL**, tendo o homicídio se consumado por razões alheias à vontade do agente.

A tese do MPDFT não merece ser acolhida.

Ressalte-se, preliminarmente, que o órgão judicial, ao exarar a decisão de pronúncia, faz um juízo prelibatório dos elementos fáticos e probatórios juntados aos autos, com objetivo de atestar a existência dos indícios de materialidade do fato e de autoria exigidos pelo art. 413, *caput*, do CPP/41. Nessa fase, é dada ao magistrado ainda a faculdade de **absolver sumariamente** o acusado quando verificar a existência de causa de excludente de ilicitude. Veja-se:

“Art. 415. **O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando:** (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

IV - **demonstrada causa** de isenção de pena ou **de exclusão do crime**. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)”.

É esse o caso dos autos. Em que pese as provas atestem a autoria e a materialidade, evidencia-se a presença de excludente de ilicitude na conduta do réu consistente no exercício de legítima defesa (art. 23, *caput*, II, do CP/40), o que afasta a ilicitude do fato e enseja a absolvição sumária do acusado, conforme preceito legal acima destacado.

O art. 25, *caput*, do CP/40 considera legítima defesa

a ação de “quem, usando moderadamente dos meios necessários, **repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu** ou de outrem”. Observa-se que os requisitos da legítima defesa estão previstos na própria norma; são eles: i) **agressão** (injusta, atual ou iminente, e contra direito próprio ou alheio) e ii) **reação** (emprego dos meios necessários e uso moderado de tais meios). Passa-se ao exame deles no presente caso.

Quanto à agressão, é incontroverso nos autos que, após voltarem de um churrasco feito em um córrego próximo ao **local tal, FULANO DE TAL e FULANO DE TAL** iniciaram uma discussão quanto à direção do veículo em que se encontravam. O motivo do conflito seria o fato de **FULANO DE TAL**, proprietário do carro, estar embriagado e, portanto, sem condição de conduzi-lo em segurança. Também estavam no automóvel: **FULANA DE TAL, FULANA DE TAL, FULANA DE TAL e FULANA DE TAL**, todos alcoolizados.

Além da insistência de **FULANO DE TAL** em tomar o volante do carro de **FULANO DE TAL**, os demais passageiros propuseram que fossem ao **Local tal**. O réu se contrariou com tais pedidos e, então, ordenou a todos que descessem do veículo. Quando o réu deu partida no carro, **FULANA DE TAL se aproximou de sua janela e exclamou: “enfia esse carro no cu”**.

Observa-se que **FULANA DE TAL** praticou a **conduta descrita no tipo penal da injúria** (art. 140, *caput*, do CP/40), tendo em vista que empregou a expressão para com intuito de ofender a honra subjetiva do réu por ter negado carona aos passageiros. Essa ofensa injusta causou a reação do réu, que desferiu um tapa contra **FULANA DE TAL**. A reação, embora reprovável, é comum a essa hipótese de crime. É o que se extrai do art. 140, §1º, II, do CP/40, que hipótese de perdão judicial quando a injúria é retorquida por outra injúria.

Após o tapa desferido pelo réu em **FULANA DE TAL** como reação à ofensa, **FULANA DE TAL**, irmã de **FULANA DE TAL**, interveio e desferiu um soco no rosto do réu. Veja-se o seguinte trecho do seu depoimento em que narra os fatos:

“Defensoria Pública: Você estava em pé e os outros estavam dentro do carro?

FULANA DE TAL: Não. Os outros já tinham descido do carro, que ele mandou todo mundo

descer. E ele ficou dentro do carro para poder ir embora. Só ele. Sozinho. Nós já tínhamos todos descido. **Ai foi a hora que minha irmã pegou e mandou ele fazer aquilo com o carro.** Ele pegou e deu um tapa na cara dela. Sentado ele meteu a mão para fora do carro na cara dela. **Ai foi a hora que eu perdi a paciência, entrei no meio, empurrei ela e dei um murro na cara dele também.** Pela janela do carro, em pé do lado de fora e ele sentado ládentro. Ai ele levantou, desceu, abriu a porta. **Na hora que ele abriu a porta do carro, nós já ficamos com medo porque na hora que ele desceu do carro, ele já veio encima de mim.**” (ID nº **xxxxxx**) (grifo nosso).

Em seguida, o réu, **FULANA DE TAL** e **FULANA DE TAL** entraram em vias de fato. **FULANO DE TAL**, que estava alheio ao evento, ingressou no conflito e agrediu **FULANO DE TAL**. Assim, **o réu estava sendo agredido simultaneamente por 3 (três) pessoas (FULANA DE TAL, FULANA DE TAL e FULANO DE TAL).** Nesse momento, **FULANA DE TAL** tentou cessar as agressões (ID nº **xxxxxx**) e **FULANA DE TAL** se manteve afastada.

Com efeito, a **integridade física** e a **vida** do réu estavam em situação de risco ante a superioridade numérica dos agentes. **Se o acusado adotasse postura passiva diante das agressões, acabaria espancado ou morto.** O grau das agressões é relatado por **FULANA DE TAL** e por **FULANA DE TAL** em juízo. A propósito, colham-se os trechos de seus depoimentos, respectivamente:

“**FULANA DE TAL:** (...) Parece que essas pessoas que tentaram levar o carro dele, tentaram agredir ele ne? Ele tentou se

defender porque parece que agrediram ele muito ne?
Porque ele estava muito machucado, muito mesmo. Ele estava muito machucado.

Defesa: Quando ele chegou na casa da Senhora, ele estava muito machucado?

FULANA DE TAL: Tava muito machucado.

Defesa: Machucado aonde?

FULANA DE TAL: No corpo todo. Nos braços. No corpo todo. Muito, muito machucado mesmo. Então me assustei com a situação, quando vi aquilo ne? Ai eu perguntei para ele o que tinha acontecido. Ele falou para mim, que tentaram levar o carro dele. E ele estava com cheiro de álcool né? (...)” (ID nº **xxxxxx**) (grifo nosso).

“Defensoria Pública: Ele chegou a pé ou de carro?

FULANO DE TAL: A pé. Ai chegou a pé, com feição de muito cansaço. Tava arranhado de arame e com marca de algumas agressões, tipo não sabemos dizer que tipo de agressão, mas com partes do corpo marcadas.”

(...)

Defensoria Pública: O que você viu de lesão nele?

FULANO DE TAL: Marca de unha e de

arame. Marca de
arranhão de arame. Como
te quem quisesse escapar.
(ID nº xxxxx) (grifo nosso).

É evidente, portanto, que a agressão dirigida contra o réu era i) **injusta** (provocada pelo tapa desferido pelo réu contra **FULANA DE TAL** ante a injúria exarada por ela contra sua pessoa); ii) **atual** (agressões simultâneas de, pelo menos, 3 pessoas) e iii) **lesionava direito seu** (integridade física e vida). Dessa forma, estão presentes os requisitos da legítima defesa atinentes à **agressão**. É necessário verificar aqueles referentes à reação.

Em razão do risco que as agressões ofereciam à sua integridade física e à sua vida, o **réu procurou os meios necessários para reagir**. Para tanto, buscou uma faca pequena, que havia no porta-malas do veículo, e investiu contra aqueles que estavam mais próximos; **FULANA DE TAL** e **FULANA DE TAL**. O fato de o réu atingir pessoas que não o estavam agredindo **esclarece a forma pela qual ele visualizou a situação: todos eram uma ameaça naquele contexto de agressões múltiplas**.

É desarrazoável exigir do acusado a análise rígida e fria da situação quando se estava embriagado e sendo agredido por diversas pessoas ao mesmo tempo. Nesse sentido, a doutrina aponta que “*o meio necessário, desde que seja o único disponível ao agente para repelir a agressão, pode ser desproporcional em relação a ela, se empregado moderadamente*” (MASSON, 2019).

O réu fez uso moderado dos meios necessários às agressões dentro do contexto narrado. De acordo com as razões destacadas no tópico de desclassificação destas alegações finais, o réu pretendeu, tão somente, lesionar aquelas pessoas que visualizou como agressores. É por essa razão que desferiu apenas uma facada nas vítimas.

A letalidade seria visualizada na conduta do réu caso ele desferisse facadas i) em regiões de alta letalidade; ii) em quantidade suficiente para garantir a consumação do tipo penal; ou iii) se aproveitado a fraqueza das vítimas atingidas para dar continuidade na execução, tendo em vista que não havia qualquer resistência no momento da ação, o que não ocorreu no presente caso.

Ante a presença dos requisitos caracterizadores da

legítima defesa, a absolvição sumária do acusado, na forma do art. 415, *caput*, IV, do CPP/41, é medida que se impõe.

III. EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS POR MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA

A. MOTIVO FÚTIL

Aduz a denúncia que *“a motivação foi fútil, vez que os fatos ocorreram em razão de um desentendimento entre passageiros do veículo e o denunciado”* (ID nº **xxxxxxx**, p. **x**) (grifo nosso).

Sem razão o órgão ministerial. Isso porque a versão do *Parquet* está em desarmonia com os elementos fáticos e probatórios acostados aos autos.

Consoante destacado no tópico de absolvição destas alegações finais, o motivo do crime foram as agressões recíprocas entre o réu e outros passageiros do veículo **em razão da ofensa proferida por FULANO DE TAL contra FULANO DE TAL** e não *“em razão de um **desentendimento** entre passageiros do veículo e o denunciado”* como sustentado pelo Ministério Público.

Repisa-se que a sequência fática extraída dos autos é a seguinte:

- i) ao retornarem de um churrasco, **FULANO DE TAL e FULANO DE TAL** discutiram quanto á direção do veículo em que se encontravam;
- ii) além da insistência de **FULANO DE TAL** em tomar o volante do carro de **FULANO DE TAL**, os demais passageiros propuseram que fossem a **local tal**;
- iii) o réu se contrariou com tais pedidos e, então, ordenou a todos que descessem do veículo;
- iv) Quando o réu deu partida no carro, **FULANO DE TAL se aproximou de sua janela e exclamou: “enfia esse carro no cu”.**
- v) **FULANO DE TAL** revidou à injúria de **FULANO DE TAL** com um tapa, após o qual **FULANO DE TAL, irmã de FULANO DE TAL, deu um soco no rosto do réu.**

- vi) O réu desceu do veículo e **se iniciaram as agressões recíprocas.**
-

Dessa forma, tem-se que o motivo do crime se situa no seguinte evento:

Com base em uma modesta análise de causalidade sobre os eventos, observa-se que a tese ministerial não prospera. O MPDFT situa o motivo do crime no momento da **discussão entre o réu e os passageiros sobre a direção do veículo e a ida à Local tal** (tópicos i e ii). Essa discussão gerou, tão somente, o evento do tópico iii), qual seja a **ordem do réu para que todos os passageiros descessem do veículo**. Se **FULANA DE TAL** não ofendesse o réu (tópico iv), todos teriam descido do veículo e o réu partiria na direção do carro, sem que ninguém fosse lesionado.

Portanto, o motivo do crime cinge-se na **injúria de **FULANA DE TAL** contra **FULANO DE TAL**, que desencadeou a investida dela, **FULANA DE TAL**, **FULANO DE TAL** contra o réu.**

Dessa feita, considerando que a imputação da qualificadora de motivo fútil pelo Ministério Público está em dissonância com contornos fáticos delineados pelo acervo probatório, a defesa requer a sua exclusão para que o acusado seja submetido ao Tribunal do Júri como incurso, apenas no art. 121, *caput*, combinado com 14, II, do CP/40.

B. EMPREGO DE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA

O MPDFT aduz que *“o delito foi praticado mediante recurso que dificultou a defesa dos ofendidos, qual seja, **a surpresa**, uma vez que não havia motivos para que as vítimas pudessem prever tão repentino e violento ataque”* (ID nº **xxxxx** p. **x**) (grifo nosso).

A alegação ministerial não prospera.

É cediço, na doutrina e na jurisprudência, que a qualificadora de uso de recurso que dificultou a defesa da vítima, na modalidade surpresa, é incompatível com a existência de conflito pretérito (MASSON, 2015; e Acórdão nº 1151891, Rel. J.J. COSTA CARVALHO, 1ª TURMA CRIMINAL, j. 31.1.19). Isso porque a surpresa é um meio imprevisível empregado pelo agente para assegurar a execução do crime. Assim, a **existência de conflito pretérito retira a imprevisibilidade do fato.**

In casu, as vítimas, **FULANA DE TAL** e **FULANA DE TAL**, presenciaram o conflito do réu contra **FULANA DE TAL**, **FULANA DE TAL** e **FULANO DE TAL**; fato confirmado no depoimento prestado por ambas em juízo (ID nº **xxxxxx**). **FULANO DE TAL** inclusive buscou apartá-la, porém sem sucesso. Ao passo que **FULANA DE TAL** permaneceu próxima ao veículo.

Embora seja incontroverso nos autos que todos os envolvidos estavam embriagados, isso não afasta a presunção das vítimas no sentido de que o conflito poderia se agravar. Havia, diante delas, uma luta corporal entre 4 (quatro) pessoas. Em tais hipóteses, espera-se que o conflito se intensifique, como de fato aconteceu no presente caso, quando o réu encontrou a arma branca para se defender.

Portanto, a imputação qualificadora de emprego de recurso que dificultou a defesa das vítimas, na modalidade surpresa, é incabível ante a ciência que tinha as vítimas da situação de risco em que se encontravam, o que descaracteriza o elemento “surpresa”.

Assim, a qualificadora de emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima deve ser retirada para que o acusado seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri apenas pelos arts. 121, *caput*, combinado com 14, II, do CP/40.

IV. PEDIDOS

Ante o exposto, a defesa requer:

- i) a absolvição sumária do réu pelo crime de tentativa de homicídio duplamente qualificado (duas vezes) ante a existência de causa de exclusão de ilicitude (legítima defesa), conforme o art. 415, *caput*, IV, do CPP/41;
- ii) subsidiariamente, a desclassificação do art. 121, §2º, II e IV, combinado com 14, II, do CP/40 (duas vezes) (tentativa de duplo homicídio qualificado) para o art. 129, §1º, I e II, do CP/40 (duas vezes) (dupla lesão corporal grave), com a remessa para o juízo competente (art. 419, *caput*, do CPP/41);
- iii) sendo o entendimento pela pronúncia, a exclusão das qualificadoras de motivo fútil e de emprego de recurso que dificultou ou impediu a defesa da vítima para que o réu seja pronunciado como incurso apenas nos arts. 121, *caput*, combinado com 14, II, do CP/40.

Aguarda deferimento.

Local, dia, mês e ano.

DEFENSOR FULANO DE TAL